|  |  |
| --- | --- |
| **Projecto de Decreto-lei n.º**  **/2015, de de**  **Cria a carreira especial de tradutor-intérprete jurídico das Línguas Portuguesa e Tétum e aprova o respectivo Estatuto**  A criação da carreira especial de tradutor-intérprete jurídico das línguas Portuguesa e Tétum insere-se no âmbito da política do VI Governo Constitucional em matéria de acesso à justiça e ao direito, visando dar cumprimento ao objectivo estratégico da promoção da plena e igual utilização das línguas oficiais no processo legislativo e no sistema judiciário.  Baseando-se no respeito pela opção constitucional de fundo tomada com a adopção da Língua Portuguesa e da Língua Tétum como línguas oficiais, o artigo 3.º da Lei n.º 1/2002, de 7 de Agosto, sobre a publicação dos actos, determina que o *Jornal da República* é publicado em ambas as línguas oficiais, devendo as versões em português e em tétum ser publicadas lado a lado, e que, em caso de divergência entre os textos, prevalece o texto em língua portuguesa.  Mas, na verdade, decorridos todos estes anos, a maioria dos actos normativos são elaborados, aprovados e publicados apenas em Português, o que cria sérias dificuldades em matéria de acesso ao conhecimento das leis e do direito, em virtude das actuais condições sociais de compreensão da Língua Portuguesa por parte dos cidadãos timorenses.  No plano técnico-jurídico, verifica-se uma outra dificuldade gerada por uma prática aplicada à própria redacção jurídica portuguesa, muitas vezes descuidada e desfasada do contexto social actual, o que deve ser combatido através do aumento e da formação de equipas de juristas e tradutores, mas também através da adopção de uma linguagem simples e objectiva no procedimento legislativo.  Por outro lado, a inexistência de um vocabulário jurídico suficientemente denso e abrangente em Língua Tétum, capaz de garantir a uniformidade de conceitos da linguagem e do ordenamento jurídico, também não ajuda à consolidação do modelo bilingue do sistema jurídico timorense.  Assim, o reconhecimento da natureza bilingue do ordenamento jurídico através da utilização plena e igual das duas línguas oficiais e a tradução jurídica das leis para Tétum devem ser tratadas como matérias prioritárias, pois só assim se poderá garantir que os cidadãos timorenses possam conhecer directamente o direito que rege a sua vida.  Torna-se, por isso, crucial a adopção de medidas que possibilitem a transformação do sistema jurídico vigente, até então praticamente unilingue, num sistema apto a exprimir-se e a funcionar, com o mesmo rigor e segurança, em ambas as línguas oficiais.  Entre essas medidas, contam-se a construção de uma linguagem jurídica própria do Direito timorense em Língua Tétum, enquanto base indispensável à tradução e à redacção das leis em Língua Tétum, o estabelecimento de uma metodologia adequada à situação timorense que dê consistência técnica e jurídica às versões em Língua Tétum dos actos normativos, a adopção de instrumentos jurídicos que permitam estabelecer critérios de resolução de divergências de interpretação das várias versões das traduções em língua Tétum e, por último, a tradução da legislação vigente sem versão em Língua Tétum e a revisão das traduções publicadas anteriormente.  Por sua vez, num situação óptima de bilinguismo, que se deseja, não bastará traduzir a legislação de Português para Tétum, sendo antes necessário garantir a possibilidade de o próprio texto ser também criado em língua Tétum. Tal é a finalidade da produção bilingue e neste sentido terá de caminhar o processo legislativo se quiser dar mais consistência ao ordenamento jurídico timorense.  Outra referência importante a ter em conta é a necessidade de desenvolver acções de aprofundamento da utilização da Língua Tétum no sistema judiciário, enquanto factor determinante da consolidação do sistema da garantias e protecção dos cidadãos.  Na verdade, não será excessivo dizer que a utilização das duas línguas oficiais no sistema judiciário é condição essencial da garantia do acesso à justiça e medida de promoção dos direitos dos cidadãos em sede de processo penal.  A existência de serviços de tradução e de interpretação jurídica assume-se como um instrumento valiosíssimo junto dos tribunais e demais autoridades judiciárias, sendo essencial promover a adopção de procedimentos para que os processos e os actos judiciais possam decorrer em qualquer uma das línguas oficiais, de acordo com a língua preferencial das partes, pois só assim se respeitará, no sistema judiciário, o pleno estatuto oficial de ambas as línguas.  Temos por certo, contudo, que para que ambas as línguas tenham efectivamente igual estatuto e força legal, tanto no âmbito do processo legislativo como em sede do sistema judiciário, é indispensável a criação da carreira especial dos tradutores e intérpretes jurídicos, enquanto medida essencial à valorização de um trabalho de reconhecida complexidade, estudo e dedicação.  Ao longo dos últimos anos, o Governo, através do Ministério da Justiça, realizou dois cursos de formação de tradutores jurídicos, tendo formado cerca de 20 profissionais. Desses tradutores jurídicos, cerca de 10 encontram-se hoje integrados nos serviços de tradução do Ministério da Justiça, e os restantes a dar apoio às instituições judiciárias, sobretudo junto dos tribunais e do Ministério Público. Para o efeito, alguns foram integrados na carreira de regime geral, outros mantêm-se contratados a termo, sem que tenham, em qualquer dos casos, qualquer padrão orientador das suas funções no domínio da tradução jurídica.  Tal situação revela-se desmotivante e desajustada face à importância que a tradução jurídica assume no contexto jurídico de pluralidade linguística timorense.  Assim, a criação da carreira especial do tradutor-intérprete jurídico visa a garantia da organização do exercício da actividade de tradução jurídica, promovendo a estabilidade, o desenvolvimento, a progressão e a formação e especialização dos seus quadros.  Ainda, nos termos do presente diploma, com vista a garantir a dinamização da tradução jurídica e o desenvolvimento do vocabulário jurídico em língua Tétum, determina-se que o Departamento de Tradução da Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação do Ministério da Justiça é o órgão especializado responsável pela coordenação, planeamento e execução dos trabalhos de tradução jurídica nas áreas do Direito e da Justiça.  Acredita-se, com esta última medida, estar a lançar as bases de uma verdadeira escola de tradução e de tradutores jurídicos, capaz de assegurar a utilização plena e efectiva das duas línguas oficiais, a elaboração e a publicação bilingue dos actos normativos, a criação e desenvolvimento de uma linguagem própria do Direito Timorense, em Língua Tétum e assim servir a consolidação do sistema jurídico e o acesso ao conhecimento do direito e à justiça.  Foram ouvidos os tribunais, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os organismos da Administração Pública relevantes, nomeadamente, a Comissão da Função Pública, o Ministério das Finanças e a Presidência do Conselho de Ministros, bem como o Parlamento Nacional e a Presidência da República.    A criação de carreiras de regime especial faz-se por diploma próprio, nos termos do artigo 28.º do Decreto-lei n.º 27/2008, de 11 de agosto, com as alterações produzidas pelo Decreto-lei n.º 20/2011, de 20 de junho.  Assim, o Governo decreta, ao abrigo do número 3 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:  **CAPÍTULO I**  **Disposições gerais**  **Artigo 1.º**  **Objecto**  É criada a carreira especial do tradutor-intérprete jurídico das Línguas Portuguesa e Tétum e aprovado o respectivo Estatuto, constante do presente diploma.  **Artigo 2.º**  **Objectivo**  A criação da carreira especial do tradutor-intérprete jurídico visa garantir a consolidação do sistema jurídico através da plena e igual utilização de ambas as línguas oficiais no processo legislativo e no sistema judiciário, com vista a promover o conhecimento do direito e o acesso à justiça, bem como os direitos das pessoas no âmbito do processo penal.  **Artigo 3.º**  **Âmbito de aplicação**   1. O presente decreto-lei aplica-se aos funcionários públicos que integram a carreira especial de tradutor-intérprete jurídico. 2. A carreira especial de tradutor-intérprete jurídico é exclusiva dos funcionários públicos que exerçam funções de tradução e interpretação jurídica no âmbito do processo legislativo e do processo penal. 3. O pessoal integrado na carreira especial do tradutor-intérprete jurídico está sujeito ao regime jurídico aplicável aos funcionários da Administração Pública, com as especialidades constantes do presente diploma.   **Artigo 4.º**  **Conteúdo funcional**  O conteúdo funcional da carreira de tradutor-intérprete jurídico consta do Anexo I ao presente diploma, do qual faz parte integrante.  **Artigo 5.º**  **Perfil de competência do tradutor-intérprete jurídico**  O perfil de competência do tradutor-intérprete jurídico caracteriza-se pelo conhecimento aprofundado das duas línguas oficiais, pelo domínio do vocabulário jurídico e pela capacidade de interpretar, analisar e avaliar os problemas da compreensão e produção dos conteúdos normativos.  **Artigo 6.º**  **Competências e princípios em sede de processo penal**   1. Ao abrigo do disposto no Código de Processo Penal, ao tradutor-intérprete jurídico cabe assegurar, em sede de processo penal, os serviços de tradução e interpretação durante a tramitação penal perante as autoridades de investigação e as autoridades judiciais, inclusive durante os interrogatórios policiais, as audiências no tribunal e as audiências intercalares que se revelarem necessárias. 2. A tradução e a interpretação disponibilizada em sede de processo penal deve ter a qualidade suficiente para garantir a equidade do processo, assegurando designadamente que o suspeito ou arguido tenha conhecimento das acusações e provas contra ele deduzidas e seja capaz de exercer o seu direito de defesa. 3. O tradutor-intérprete jurídico está sujeito a juramento e a segredo de justiça, não podendo revelar os conteúdos a que tiver acesso no desempenho das suas funções, nomeadamente as conversas entre o arguido e o seu defensor, seja qual for a fase do processo em que ocorrerem, sob pena de violação do segredo profissional a que está obrigado, por força das normas gerais do processo penal. 4. Os tradutores-intérpretes jurídicos que desempenhem funções em sede de processo penal devem ter formação técnica específica em matéria de processo penal e conhecimento dos direitos dos arguidos. 5. Os tradutores-intérpretes jurídicos devem colaborar activamente com os magistrados e funcionários judiciais na adopção e utilização de instrumentos processuais bilingues.   **Artigo 7.º**  **Serviço especializado de tradução jurídica**   1. No âmbito das suas competências próprias, o Departamento de Tradução da Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação do Ministério da Justiça é o serviço especializado da Administração Pública responsável pela coordenação, planeamento e execução dos trabalhos de tradução jurídica nas áreas do Direito e da Justiça, cabendo-lhe promover a utilização de ambas as línguas oficiais no processo legislativo e no sistema judiciário e o desenvolvimento de vocabulário jurídico em Língua Tétum. 2. No cumprimento das suas atribuições, o serviço especializado de tradução jurídica referido no n.º 1 deve organizar-se de modo a: 3. Garantir o rigor técnico-jurídico e a uniformização da terminologia utilizada nas versões em língua tétum, de forma a permitir o alargamento da utilização da língua tétum no processo legislativo e nos tribunais; 4. Assegurar a qualidade técnico-jurídica das versões Tétum oficiais dos diplomas legais; 5. Estabelecer uma metodologia de tradução jurídica adequada à situação timorense que dê consistência técnica e jurídica às versões em língua tétum dos actos normativos produzidos; 6. Desenvolver uma linguagem jurídica própria e específica em língua tétum, base indispensável à tradução da legislação e à redacção em língua tétum dos projectos legislativos, dentro do espírito do sistema jurídico vigente; 7. Adoptar instrumentos jurídicos que permitam estabelecer critérios de resolução de divergências de interpretação resultantes da existência de duas versões autenticadas de um único acto normativo; 8. Assegurar a tradução da legislação vigente em língua tétum e a revisão das traduções publicadas anteriormente.   **CAPÍTULO II**  **Direitos, deveres e normas éticas e profissionais**  **Artigo 8.º**  **Exercício de actividade**   1. O tradutor-intérprete jurídico deve exercer a sua actividade com autonomia técnica, dedicação e proficiência, de acordo com a sua formação e qualificação, pautando a sua conduta profissional pelas regras éticas e profissionais que lhe são exigíveis, estando sujeito aos direitos e deveres previstos na presente lei e aos demais estabelecidos para os funcionários públicos. 2. O tradutor-intérprete jurídico exerce a sua actividade de modo exclusivo. 3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o tradutor-intérprete jurídico pode exercer funções, remuneradas ou não, de docência e formação em áreas de relevo para a tradução e interpretação jurídicas.   **Artigo 9.º**  **Direitos do tradutor-intérprete jurídico**  O tradutor-intérprete jurídico tem direito:   1. Ao desenvolvimento da carreira e à remuneração estabelecida na lei; 2. Ao direito à formação e ao desenvolvimento profissional e académico; 3. À actualização constante dos seus conhecimentos linguísticos e jurídicos; 4. A beneficiar de condições técnicas de trabalho que possibilitem o desempenho regular das suas funções e competências, tais como o acesso a materiais de estudo, de pesquisa, de análise e de processamento de informação e texto.   **Artigo 10.º**  **Deveres do tradutor-intérprete jurídico**  São deveres especiais do tradutor-intérprete jurídico:   1. Efectuar uma tradução-interpretação rigorosa e fiel ao conteúdo original, mantendo em todas as circunstâncias a sua isenção e neutralidade; 2. Utilizar todos os conhecimentos linguísticos, técnicos, científicos ou outros a seu alcance, para o melhor desempenho da sua função; 3. Respeitar os textos ou outros materiais cuja tradução lhe seja confiada, não utilizando os seus conhecimentos para desfigurá-los ou alterá-los; 4. Cumprir escrupulosamente os prazos de tradução acordados; 5. Assinar o trabalho e exigir que o seu nome conste no texto final; 6. Manter a atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja instado a fazê-lo; 7. Proferir uma interpretação adequada, garantindo o entendimento do público-alvo; 8. Manter total e absoluto sigilo sobre todo e qualquer facto de que tenha conhecimento no exercício de sua atividade profissional; 9. Exercer sua atividade com consciência e dignidade, de modo a elevar o conceito de sua categoria profissional; 10. Não aceitar como remuneração do trabalho efectuado benefícios pessoais para além da remuneração devida; 11. Procurar manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas.     **Artigo 11.º**  **Remuneração**   1. Os tradutores-intérpretes jurídicos têm direito à remuneração prevista na tabela constante do Anexo II do presente diploma, do qual faz parte integrante. 2. A tabela remuneratória dos tradutores-intérpretes jurídicos é alterada por diploma ministerial conjunto dos Ministros da Justiça e das Finanças.   **Artigo 12.º**  **Remuneração acessória pelo desempenho de funções de especial complexidade técnica**   1. Sob proposta do dirigente máximo do serviço e mediante autorização do superior hierárquico, pode ser atribuída uma remuneração acessória mensal para o desempenho de tarefas de especial complexidade técnica, no âmbito da elaboração de diplomas ou da tradução jurídica por escrito, aos tradutores jurídicos que exercem essas funções, excepto ao pessoal de direcção e chefia. 2. A proposta de atribuição da remuneração deve ser fundamentada, atendendo à complexidade do trabalho e à importância da contribuição do trabalhador. 3. A percepção da remuneração acessória mensal depende do exercício efectivo de funções, podendo cessar a todo o tempo. 4. O montante da remuneração acessória mensal pode variar entre 150% a 200% do índice 100 da tabela indiciária, em função da complexidade da tarefa desempenhada e da importância da contribuição do trabalhador.   **CAPÍTULO III**  **Carreira especial de tradutor-intérprete jurídico**  **Secção I**  **Ingresso na carreira de tradutor-intérprete jurídico**  **Artigo 13.º**  **Ingresso na carreira**   1. O ingresso na carreira de tradutor-intérprete jurídico faz-se mediante admissão em concurso público de prestação de provas e frequência com aproveitamento de curso de formação específica. 2. Os candidatos que tenham concluído com aproveitamento o curso de formação para ingresso são providos na categoria de tradutor-intérprete jurídico de 3ª classe da carreira especial de tradutor e intérprete jurídico, de acordo com a classificação obtida e as vagas existentes.   **Artigo 14.º**  **Requisitos para ingresso na carreira**  São requisitos para ingresso na carreira especial de tradutor-intérprete jurídico:   1. Ser cidadão timorense; 2. Estar no pleno gozo dos direitos civis e políticos; 3. Ter mestrado, licenciatura ou bacharelato em Língua Portuguesa, em Língua Tétum ou outras Línguas, em Tradução ou Interpretação, em Direito ou outra área relevante; 4. Possuir conhecimento aprofundado, escrito e falado, de uma das línguas oficiais e um domínio perfeito da outra; 5. Ter concluído com aproveitamento o curso de formação específica para ingresso na carreira de tradutor-intérprete jurídico; 6. Reunir os demais requisitos legais exigidos para acesso à função pública.   **Artigo 15.º**  **Concurso público e acesso ao curso de formação de ingresso**   1. O acesso ao curso de formação específico de ingresso na carreira de tradutor-intérprete jurídico faz-se por concurso público, aberto a quem reúna os requisitos previstos no artigo anterior. 2. O concurso público compreende a realização de uma prova escrita de conhecimentos e de uma entrevista, ambas de carácter eliminatório, nos termos a especificar no despacho que autoriza a abertura do concurso. 3. O concurso público é aberto por despacho do Ministro da Justiça. 4. O aviso de abertura do concurso deve especificar: 5. O número de lugares a preencher; 6. O prazo para apresentação da candidatura; 7. Os documentos a apresentar; 8. Os requisitos para o ingresso na carreira de tradutor-intérprete jurídico; 9. As provas a realizar, as matérias sobre que versam e a data e o local em que se realizam; 10. A constituição do júri do concurso; 11. A forma de publicitação da lista de classificação final dos candidatos. 12. A prova escrita de conhecimentos é classificada numa escala de 0 a 20 valores, sendo admitidos à entrevista os candidatos que nela obtenham a classificação mínima de 10 valores. 13. A classificação final resulta da média ponderada da prova escrita e da entrevista.   **Artigo 16.º**  **Curso de formação para ingresso na carreira**   1. Os candidatos aprovados no concurso público são chamados a frequentar o curso de formação para ingresso na carreira especial do tradutor-intérprete jurídico, de acordo com as vagas existentes e a classificação obtida. 2. O curso de formação para ingresso na carreira especial do tradutor-intérprete jurídico compreende uma fase teórica e uma fase de estágio, cada uma com a duração de 1 ano. 3. Ambas as fases de formação têm natureza probatória e decorrem sob a orientação de um responsável pelo estágio, designado pelo Ministro da Justiça, de entre tradutores e intérpretes jurídicos da carreira.   **Artigo 17.º**  **Tradutor-intérprete jurídico estagiário**   1. O candidato admitido ao curso de formação de ingresso na carreira de tradutor-intérprete jurídico designa-se tradutor-intérprete jurídico estagiário. 2. O tradutor-intérprete jurídico estagiário tem direito a receber uma bolsa de formação, cujo valor é fixado por despacho do Ministro da Justiça. 3. O tradutor-intérprete jurídico estagiário fica obrigado a uma cláusula de permanência na carreira especial de tradutor-intérprete jurídico e ao exercício das respectivas funções durante um período de 5 anos, a contar da data da conclusão do estágio de ingresso. 4. É excluído do curso de formação o tradutor-intérprete jurídico estagiário que falte a mais de 10% da duração de qualquer das fases do curso de formação específico para ingresso na carreira. 5. O responsável pelo estágio pode propor a exclusão, em qualquer das fases de formação, do tradutor-intérprete jurídico estagiário que revelar inadequação para o exercício das funções de tradutor-intérprete jurídico. 6. O tradutor-intérprete jurídico estagiário que, injustificadamente, não obtiver aproveitamento, for excluído, desistir do curso de formação ou se recusar ao exercício de funções nos termos estabelecidos no número anterior, é obrigado a devolver ao Estado o valor da bolsa de formação recebida.   **Artigo 18.º**  **Fase teórico-prática**  A formação teórico-prática decorre no Centro de Formação Jurídica, tem a duração de 1 ano e destina-se a proporcionar aos tradutores-intérpretes estagiários o desenvolvimento das qualidades e competências técnicas para o exercício das funções de tradutor e intérprete jurídico, bem como conhecimentos de:   1. Direito, terminologia jurídica e regras de legística; 2. Processo penal e direitos do arguido; 3. Técnicas de tradução escrita e oral; 4. Metodologia e técnicas de investigação; 5. Deontologia profissional; 6. Português e tétum.   **Artigo 19.º**  **Fase de estágio**   1. O estágio de ingresso tem a duração de 1 ano e decorre sob orientação do Departamento de Tradução da Direcção Nacional de Assessoria e Legislação do Ministério da Justiça. 2. Durante o período de estágio, os tradutores e intérpretes estagiários são distribuídos, de modo rotativo, pelos serviços de tradução dos tribunais, do Ministério Público e do Ministério da Justiça e outros organismos relevantes. 3. Até ao termo da fase do estágio, o tradutor-intérprete estagiário deve apresentar um trabalho final sobre um tema à sua escolha com relevo para a área da tradução e interpretação jurídicas. 4. O trabalho final é tido em conta para efeitos da avaliação final do tradutor-intérprete jurídico estagiário. 5. O tradutor-intérprete jurídico estagiário não integra a carreira de tradutor-intérprete jurídico, mas goza dos direitos e está sujeito aos deveres relacionados com o exercício das funções.   **Secção II**  **Estrutura e desenvolvimento da carreira**  **Artigo 20.º**  **Categorias**  A carreira de tradutor-intérprete jurídico tem as seguintes categorias:   1. Tradutor-intérprete jurídico coordenador; 2. Tradutor-intérprete jurídico principal; 3. Tradutor-intérprete jurídico da 1ª Classe; 4. Tradutor-intérprete jurídico de 2ª Classe; 5. Tradutor-intérprete jurídico de 3ª Classe.   **Artigo 21.º**  **Chefia dos tradutores-intérpretes jurídicos**   1. Os tradutores-intérpretes jurídicos são chefiados por um tradutor-intérprete jurídico coordenador. 2. A nomeação para o cargo de tradutor-intérprete jurídico coordenador é feita pelo superior hierárquico máximo do serviço a que respeita, em regime de comissão de serviço, por um período de 2 anos, renováveis. 3. O tradutor-intérprete jurídico coordenador é nomeado de entre: 4. Quem seja tradutor-intérprete jurídico principal por um período mínimo de 3 anos; ou 5. Tradutores-intérpretes jurídicos de 1ª Classe que tenham, pelo menos, 3 anos de serviço efectivo e classificação não inferior a Muito Bom.   **Artigo 22.º**  **Desenvolvimento da carreira**  O desenvolvimento da carreira de intérprete-tradutor jurídico faz-se por promoção e progressão de acordo com os índices constantes do mapa anexo II à presente lei da qual faz parte integrante.  **Artigo 23.º**  **Promoção na carreira**   1. O tradutor-intérprete jurídico estagiário que tenha concluído com aproveitamento o curso de formação de ingresso na carreira especial de tradutor-intérprete jurídico é nomeado na categoria de tradutor-intérprete jurídico de 3ª Classe. 2. É promovido a tradutor-intérprete jurídico de 2ª Classe quem tenha, pelo menos, 4 anos de serviço efectivo e ininterrupto na categoria anterior e classificação não inferior a “Bom” ou 3 anos de serviço efectivo e ininterrupto na categoria anterior e classificação de “Muito Bom”. 3. É promovido a tradutor-intérprete jurídico de 1ª Classe quem tenha, pelo menos, 5 anos de serviço efectivo e ininterrupto na categoria anterior e classificação não inferior a “Bom” ou 4 anos de serviço efectivo e ininterrupto na categoria anterior e classificação de “Muito Bom”. 4. É promovido a tradutor-intérprete jurídico Principal quem tenha, pelo menos, 5 anos de serviço efectivo e ininterrupto na categoria anterior e classificação não inferior a “Bom” ou 4 anos de serviço efectivo e ininterrupto na categoria anterior e classificação de “Muito Bom”. 5. A promoção depende da existência de vaga e faz-se mediante concurso, aberto por despacho do Ministro da Justiça.   **Artigo 24.º**  **Progressão na carreira**  Nas categorias de tradutor-intérprete jurídico, o acesso a escalão superior é obtido após a permanência de um período de 3 anos no escalão imediatamente inferior, com menção não inferior a “Bom” na avaliação de desempenho, ou 2 anos com menção de “Muito Bom”  **Secção III**  **Avaliação de desempenho**  **Artigo 25.º**  **Avaliação do desempenho**  A avaliação do desempenho dos tradutores-intérpretes jurídicos é expressa numa menção qualitativa de “Muito Bom”, “Bom”, “Suficiente” e “Insuficiente” obtida através de um sistema de avaliação baseado na apreciação quantitativa e qualitativa do serviço prestado em relação a factores de avaliação preestabelecidos.  **Artigo 26.º**  **Factores de avaliação**   1. Na avaliação de desempenho dos tradutores-intérpretes jurídicos deve atender-se aos seguintes factores comuns a todos eles: 2. “*Sentido de responsabilidade e gestão de recursos”*– avaliar o empenho e eficácia com que o tradutor-intérprete jurídico executa os objectivos fixados, gere os recursos existentes e cuida do património do Estado que lhe esteja afectado ou esteja sob sua responsabilidade directa ou indirecta; 3. *“Relações e comunicações no trabalho e com os interlocutores externos”* –avaliar o relacionamento e grau de comunicação do tradutor-intérprete jurídico com as pessoas com quem trabalha e com os interlocutores externos, bem como a contribuição para um bom ambiente de trabalho; 4. *“Zelo, sigilo e isenção”* – avaliar o empenho do tradutor-intérprete jurídico no exercício das funções com eficiência e correcção, sem revelar factos ou documentos dos serviços de que deva guardar sigilo ou favorecer interesses pessoais em prejuízo do interesse da Administração Púbica; 5. *“Lealdade e obediência”*– avaliar se o tradutor-intérprete jurídico subordina a sua actuação aos objectivos institucionais do serviço e ao interesse público e cumpre as ordens dadas legítimas dos superiores hierárquicos em matéria de serviço; 6. *“Integridade”* - Avaliar se no exercício das suas funções o tradutor-intérprete jurídico respeita os valores da imparcialidade, objectividade e honestidade e se acautela de situações de conflito de interesses; 7. *“Compromisso com o serviço”* - avaliar se o tradutor-intérprete jurídico conhece, compreende e actua de acordo com a missão e objectivos da instituição, se enquadra bem no serviço e unidade orgânica a que pertence, adapta a sua actividade às necessidades do serviço, cumpre as regras relativas ao funcionamento do serviço e assume as consequências dos seus actos e decisões, contribui para a boa imagem da instituição, transmitindo competência, qualidade e integridade e respeitando os interlocutores externos e os limites das suas funções. 8. Na avaliação de desempenho do tradutor-intérprete jurídico que não exerça cargo de chefia deve atender-se ainda aos seguintes factores: 9. *“Iniciativa, criatividade e produtividade”*- avaliar a forma como o tradutor-intérprete jurídico, por si próprio, procura soluções e apresenta sugestões para a melhoria efectiva no trabalho; 10. *“Trabalho em equipa”* - avaliar a participação e cooperação do tradutor-intérprete jurídico no trabalho de grupo, bem como a sua contribuição para a obtenção dos resultados da equipa; 11. *“Pontualidade e assiduidade no posto de trabalho”* - avaliar o tempo efectivo de comparência e permanência no serviço, bem como o cumprimento do horário de trabalho estabelecido; 12. *“Contribuição para os objectivos de serviço estabelecidos”*- avaliar o grau de contribuição do tradutor-intérprete jurídico para se alcançar os objectivos estabelecidos pelos dirigentes. 13. Na avaliação de desempenho do tradutor-intérprete jurídico coordenador, que exerça cargo de chefia, deve atender-se ainda aos seguintes factores: 14. *“Liderança”*– avaliar se o dirigente estabelece e implementa as estratégias necessárias para atingir os objectivos da unidade que lidera, bem como a forma como orienta e motiva os respectivos membros e introduz métodos, técnicas e procedimentos eficazes para a solução de problemas e optimização do trabalho; 15. *“Supervisão e desenvolvimento do pessoal”* – avaliar a habilidade para atribuir responsabilidades e distribuir trabalho pelos subordinados, acompanhar a sua capacidade para adequadamente responder às necessidades do trabalho, aconselhando-os e motivando-os ao trabalho; 16. *“Prestação eficiente e eficaz de serviços”* – avaliar a capacidade de a unidade coordenada ou chefiada pelo avaliado identificar e responder às necessidades do serviço, buscar atingir os objectivos e monitorizar as melhorias nos procedimentos e sistemas; 17. *“Planeamento e gestão”* – avaliar a habilidade de pensamento crítico no desenvolvimento de futuras acções a ser tomadas para atender aos objectivos da organização.   **Artigo 27.º**  **Efeitos da avaliação de “Insuficiente”**  A atribuição da menção «Insuficiente» implica a suspensão de funções e a instauração de inquérito disciplinar por inaptidão desse exercício.  **Artigo 28.º**  **Apuramento da avaliação**   1. A avaliação do desempenho é obtida através da soma global dos factores de avaliação expresso nas seguintes menções qualitativas: 2. “Muito Bom” – 33 pontos ou mais; 3. “Bom” – de 24 a 32 pontos; 4. “Suficiente” – de 15 a 23 pontos; 5. “Insuficiente” – até 14 pontos. 6. A soma global resulta da avaliação do desempenho do tradutor-intérprete jurídico em cada um dos factores expressa numa menção qualitativa de: 7. “Muito Bom” – 4 pontos; 8. “Bom” – 3 pontos; 9. “Suficiente” – 2 pontos, e 10. “Insuficiente” – 1 ponto. 11. O Ministro da Justiça aprova a ficha de avaliação de desempenho de acordo com estes critérios estabelecidos neste diploma e os critérios gerais aplicados na avaliação de desempenho na função pública.   **Secção IV**  **Regime disciplinar**  **Artigo 29.º**  **Regime disciplinar**  Os tradutores-intérpretes jurídicos estão sujeitos ao regime disciplinar aplicável aos funcionários públicos.  **CAPÍTULO IV**  **Disposições transitórias e finais**  **Artigo 30.º**  **Regime de transição**   1. Os funcionários que actualmente exercem funções de tradução e interpretação jurídica no âmbito do processo legislativo e no apoio ao sistema judiciário transitam para a carreira especial dos tradutores e intérpretes jurídicos, podendo ser integrados nas categorias de tradutor-intérprete jurídico de 1ª classe, de 2ª classe e de 3ª classe. 2. É integrado na categoria de tradutor-intérprete jurídico de 1ª classe quem: 3. For licenciado; 4. Tiver concluído com aproveitamento o curso de formação de tradutores junto do Centro de Formação Jurídica; 5. Tiver experiência relevante na tradução escrita de actos normativos e outros documentos jurídicos de Língua Portuguesa para Língua Tétum ou na tradução oral em sede de processo penal; e 6. Desempenhar a função de tradutor-intérprete jurídico há mais de 5 anos. 7. É integrado na categoria de tradutor-intérprete jurídico de 2ª Classe, quem: 8. For licenciado; 9. Tiver concluído com aproveitamento o curso de formação de tradutores junto do Centro de Formação Jurídica; 10. Tiver experiência relevante na tradução escrita de actos normativos e outros documentos jurídicos de Língua Portuguesa para Língua Tétum ou na tradução oral em sede de processo penal; e 11. Desempenhar a função de tradutor ou intérprete jurídico há mais de 3 anos. 12. É integrado na categoria de tradutor-intérprete jurídico de 3ª classe, quem: 13. Tiver completado o ensino secundário; 14. Tiver formação específica em línguas e tradução; 15. Tiver experiência relevante na tradução escrita de actos normativos e outros documentos jurídicos de Língua Portuguesa para Língua Tétum ou na tradução oral em sede de processo penal; e 16. Desempenhar a função de tradutor ou intérprete jurídico há mais 3 anos.   **Artigo 31.º**  **Reposicionamento na posição remuneratória**  Os tradutores-intérpretes jurídicos integrados na carreira especial de tradutor-intérprete jurídico nos termos do disposto no artigo anterior, são reposicionados na posição remuneratória correspondente ao 1º escalão da respectiva categoria.  **Artigo 32.º**  **Salvaguarda de direitos anteriores**  Da aplicação do regime de transição previsto no artigo 30.º do presente diploma não pode resultar adiminuição do vencimento que o funcionário já aufere.  **Artigo 33.º**  **Formalidades e efeitos da transição**   1. A transição a que se refere o artigo 30.º opera-se por lista nominativa aprovada no prazo de 60 dias a contar da entrada em vigor do presente diploma, por despacho do Presidente da Comissão Pública. 2. Os tradutores e intérpretes jurídicos são integrados no quadro de pessoal do serviço de origem a que pertencem ou onde exerçam funções. 3. Os serviços onde os funcionários abrangidos pelo regime de transição constante do presente diploma desempenham funções actualmente, devem adoptar as medidas necessárias para promover a sua transição para o regime da carreira especial de tradutor-intérprete jurídico, devendo, para o efeito, assegurar a aprovação do respectivo quadro de pessoal no prazo de 60 dias a contar da data de entrada em vigor do presente diploma.   **Artigo 34.º**  **Entrada em vigor**   1. O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, com as excepções previstas no número seguinte. 2. As normas relativas à remuneração devida aos tradutores-intérpretes jurídicos e a respectiva tabela remuneratória prevista no anexo II do presente diploma apenas produzem efeitos legais a partir do dia 1 de janeiro de 2016.   Aprovado em Conselho de Ministros em ......  O Primeiro-Ministro,  Rui Maria Araújo  O Ministro da Justiça,  Ivo Valente | **Projetu Dekretu-lei n.º**  **… … /2015,**  **Kria karreira espesiál ba tradutór-**  **interpréte jurídiku hosi Lian**  **Portugés no Tetun no aprova**  **ninia Estatutu.**  Hamoris karreira espesiál ba tradutór-intérprete jurídiku hosi lian Portugés no Tetun sai nu’udar polítika Governu Konstitusionál VI nian kona-ba hetan dalan nakloke ba justisa no direitu, hodi kumpri objetivu estratéjiku atu promove loloos no hanesan hala’ok uza lian ofisiál iha prosesu lejizlativu no sistema judisiáriu.    Tan hanoin hodi hakruuk ba hahilik konstitusionál ne’ebé adopta Lian Portugés no Tetun nu’udar lian ofisiál, artigu 3.º hosi Lei n.º 1/2002, 7 Agostu, kona-ba publikasaun aktu, determina katak *Jornal da República* sei publika iha lian ofisiál rua no, tan ne’e, versaun portugés no tetun sei publika sorin-sorin no, bainhira hamosu karik laran-rua tan sentidu iha testu rua la hanesan, testu ho lian portugés maka vale liu.    Maibé, loos duni katak, tinan barak ona maka aktu normativu sei elabora, aprova no publika de’it iha Lian Portugés no, ida-ne’e hamosu difikuldade oioin kona-ba oinsá hetan asesu hodi koñese lei no direitu, hodi hanoin ba atuál kondisaun sosiál atu sidadaun timoroan sira komprende Lian Portugés.    Iha área tékniku-jurídiku, haree hetan mós difikuldade seluk tan ne’ebé hamosu hosi prátika aplikada ba redasaun jurídika portugés, dala barak la’o-sees no la hanesan ho kontestu sosiál atuál no, ida-ne’e tenke hapara liuhosi aumenta ho halo formasaun ba ekipa jurista no tradutór sira maibé mós, liuhosi adopta linguajén ida simplés no tuir objetivu iha prosedimentu lejizlativu nian.  Ida fali maka, Lian Tetun seidauk iha vokabuláriu jurídiku ida luan natoon no boot resin, atu bele garante uniformidade ba konseitu hosi linguajén no ordenamentu jurídiku, nomós la tulun atu hametin modelu lian rua iha sistema jurídiku timor nian.    Ne’e be, rekoñese natureza bilinge hosi ordenamentu jurídiku liuhosi uza loos no hanesan lian ofisiál rua no tradusaun jurídika ba lei sira ba Tetun tenke hatuur nu’udar matéria prioritáriu tanba, ho nune’e de’it, maka bele garante katak sidadaun timoroan hotu-hotu bele hatene kedas direitu ne’ebé regula sira-nia moris.  Tanba ne’e, importante tebes adopta medida ne’ebé permite transforma sistema jurídiku be daudauk ne’e kmanek hela, be sei uza lian ida de’it, iha sistema ida ne’ebé ho kbiit atu tada no funsiona, ho rigór no seguransa, iha lian ofisiál rua.    Entre medida hirak ne’ebá, hanoin de’it maka atu harii linguajén jurídika ba Direitu timór nian rasik iha Lian Tetun, ne’ebé nu’udar baze importante ba tradusaun no hakerek lei iha Lian Tetun, estabelese metodolojia ida adekuadu ho situsaun timór nian hodi fó konsisténsia téknika no jurídika ba versaun iha Lian Tetun hosi aktu normativu sira, adopta instrumentu jurídiku ne’ebé permiti hatuur kritériu atu rezolve interpretasaun la hanesan ba versaun hosi tradusaun oioin iha lian tetun no, ikusmai, halo tradusaun ba lejizlasaun be daudauk ne’e kmanek hela lahó versaun iha lian Tetun no revizaun ba tradusaun hirak be uluk publika ona.    Ba ida-ne’e, iha situasaun ruma ne’ebé uza didi’ak lian rua, be tuir hakarak, la’ós de’it tradús lejizlasaun hosi Portugés ba Tetun lahó uluklai presiza garante posibilidade katak testu ne’ebá bele hakerek mós iha lian Tetun. Ida-ne’e maka objetivu atu prodús bilinge no tan ne’e tenke lori prosesu lejizlativu bainhira hakarak fó konsisténsia liu ba ordenamentu jurídiku timór nian.  Referénsia importante seluk ne’ebé tenke hanoin mós maka nesesidade atu dezenvolve asaun hodi halo lalehat kle’an atu uza Lian Tetun iha sistema judisiáriu, bainhira nu’udar fatór determinante hodi hametin sistema atu fó garantia no protesaun ba sidadaun sira.  Loos duni, la sala bainhira dehan katak uza lian ofisiál rua iha sistema judisiáriu nu’udar kondisaun esensiál hodi garante dalan nakloke ba justisa no medida hodi promove direitu sidadaun sira-nian iha prosesu penál.  Ezisténsia servisu tradusaun no interpretasaun jurídika sai nu’udar instrumentu ida importante tebtebes iha tribunál no autoridade judisiáriu seluseluk tan no, tan ne’e, presiza atu promove hodi adopta prosedimentu atu nune’e prosesu no aktu judisiál sira bele la’o iha lian ofisiál sira ida, hosi lian ofisiál rua, tuir lian ne’ebé parte sira prefere atu uza no, ho nune’e de’it maka sei respeita loloos estatutu ofisiál hosi lian rua nian iha sistema judisiáriu.    Nune’e, ami hatene loloos katak, atu lian rua hetan duni estatutu no forsa legál henesan, iha ámbitu prosesu lejizlativu no iha sistema judisiáriu, importante tebtebes kria karreira espesiál ba tradutór no intérprete jurídiku sira, bainhira nu’udar medida esensiál hodi valoriza servisu ne’ebé hatene katak kompleksu, estudu no fó-an tomak.    Iha tinan hirak ikus ne’e, Governu, liuhosi Ministériu Justisa, hala’o tiha ona kursu formasaun rua ba tradutór jurídiku sira, ida ne’ebé forma tiha profisionál besik 20. Hosi tradutór jurídiku sira-ne’ebá, na’in-10 daudauk ne’e servisu ona iha servisu tradusaun Ministériu Justisa nian no sira seluk fó tulun ba instituisaun judisiáriu liuliu, iha tribunál no Ministériu Públiku. Tan ne’e, balu tama ona iha karreira rejime jerál, seluk fali sei nu’udar kontratadu tuir termu, iha situasaun ne’ebé de’it, sira seidauk iha banati orientadór ruma ba sira-nia funsaun iha área tradusaun jurídika.    Situasaun ida-ne’e halo ne’on-todan no ne’on-sala hodi hanoin ba importánsia sá maka tradusaun jurídika asume iha kontestu jurídiku iha pluralidade linguístika timor nian.  Nune’e, hamoris karreira espesiál ba tradutór-intérprete jurídiku ho objetivu garante hodi organiza hala’ok ezerse atividade tradusaun jurídika, promove estabilidade, dezenvolvimentu, progresaun no formasaun no espesializasaun ba ninia kuadru sira.  Nomós, tuir termu diploma ida-ne’e, ho objetivu garante dinamizasaun ba tradusaun jurídika no dezenvolvimentu vokabuláriu jurídiku iha lian tetun nune’e, determina katak Departamentu Tradusaun hosi Diresaun Nasionál Assessoria Jurídika no Lejizlasaun Ministériu Justisa nian maka nu’udar órgaun espesializadu responsavel hodi halo kordenasaun, planeamentu no ezekusaun ba servisu tradusaun jurídika iha área Direitu no Justisa.    Fiar katak, ho medida ikus ne’e, hahú daudauk ona harii baze loloos ba eskola tradusaun no ba tradutór jurídiku sira, ho kbiit asegura katak uza ho didi’ak no loloos duni lian ofisiál rua, bainhira elabora no publika aktu normativu iha lian rua, kria no dezenvolve lian rasik ba Direitu timór nian, iha Lian Tetun no nune’e, tane hodi hametin sistema jurídiku no asesu ba koñesimentu kona-ba direitu no justisa.  Rona tiha mós tribunál sira, Ministériu Públiku, Defensoria Públika no organizmu sira iha Adminstrasaun Públika relevante, liuliu, Komisaun Funsaun Públika, Ministériu Finansa no Prezidénsia Konsellu Ministru nian, nomós Parlamentu Nasionál no Prezidéncia Repúblika.    Hamoris karreira rejime espesiál halo liuhosi diploma rasik, tuir termu iha artigu 28.º hosi Dekretu-lei n.º 27/28, 11 Agostu, ho altersaun ne’ebé hatama hosi Dekretu-lei n.º 20/2011, 20 Juñu nian.    Nune’e, Governu dekreta, haktuir númeru 3, artigu 115.º Lei-Inan Repúblika nian, atu la’o ho kmanek nu’udar lei, tuirmai:  **KAPÍTULU I**  **Dizpozisaun jerál**  **Artigu 1.º**  **Objetu**  Kria karreira espesiál ba tradutór-intérprete jurídiku hosi Lian Portugés no Tetun no aprova ninia Estatutu, ne’ebé hatuur iha diploma ida-ne’e.  **Artigu 2.**  **Objetivu**  Hala’ok hodi kria karreira espesiál ba tradutór-intérprete jurídiku ho objetivu garante konsolidasaun sistema jurídiku liuhosi uza lian ofisiál rua loloos no hanesan iha prosesu lejizlativu no sistema judisiáriu, ho rohan promove koñesimentu ba direitu no hetan dalan nakloke ba justisa, nomós ema hatene sira-nia direitu iha ámbitu prosesu penál.  **Artigu 3.º**  **Ámbitu aplikasaun**   1. Dekretu-lei ida-ne’e aplika ba funsionáriu públiku sira ne’ebé integra iha karreira espesiál ba tradutór-intérprete jurídiku. 2. Karreira espesiál ba tradutór-intérprete jurídiku ba loos de’it funsionáriu públiku sira ne’ebé ezerse funsaun tradusaun no interpretasaun jurídika iha ámbitu prosesu lejizlativu no prosesu penál. 3. Pesoál ne’ebé integradu iha karreira espesiál ba tradutór-intérprete jurídiku tenke haktuir rejime jurídiku be aplika ba funsionáriu sira Administrasaun Públika nian, tuir espesialidade ne’ebé hatuur iha diploma ida-ne’e.   **Artigu 4.º**  **Konteúdu funsionál**  Konteúdu funsionál hosi karreira ba tradutór-intérprete jurídiku hatuur iha Aneksu I iha diploma ida-ne’e, be sai parte integrante.  **Artigu 5.º**  **Perfil kona-ba kompeténsia tradutór-intérprete jurídiku nian**  Perfil kona-ba kompeténsia tradutór-intérprete jurídiku nian karateriza liuhosi koñese to’o klean lia ofisiál rua, domina vokabuláriu jurídiku no kapasidade atu interpreta, analiza no lehat problema atu komprende no prodús konteúdu normativu.  **Artigu 6.º**  **Kompeténsia no prinsípiu iha prosesu penál**   1. Haktuir saida maka hatuur ona iha Kódigu Prosesu Penál, tradutór-intérprete jurídiku iha kbiit asegura, iha prosesu penál, servisu tradusaun no interpretasaun durante prosesu penál iha autoridade investigasaun no autoridade judisiál nia oin, inklui durante interrogatóriu polísia nian, audiénsia iha tribunál no audiénsia interkalár ne’ebé hatudu katak presiza duni. 2. Tradusaun no interpretasaun ne’ebé hala’o iha prosesu penál tenke iha kualidade natoon hodi garante ekuidade ba prosesu liuliu, hodi asegura katak ema suspeitu ka arguidu koñese akuzasaun no prova ne’ebé tula ba nia no nia iha kbiit atu ezerse ninia direitu hodi defende-an. 3. Tradutór-intérprete jurídiku tenke halo juramentu no segredu ba justisa, la bele halekar konteúdu ne’ebé nia hatene hela bainhira dezempeña ninia funsaun, liuliu dada-lia entre ema arguidu no ninia defensór, iha faze prosesu ne’ebé de’it, tan bele sakar segredu profisionál be nia haktuir ba, tuir kbiit norma jerál iha prosesu penál. 4. Tradutór-intérprete jurídiku sira ne’ebé dezempeña funsaun iha prosesu penál tenke iha formasaun téknika kona-ba prosesu penál no koñese direitu sira arguidu nian. 5. Tradutór-intérprete jurídiku sira tenke kolabora beibeik ho majistradu no funsionáriu judisiál sira bainhira adopta no uza instrumentu prosesuál iha lian rua.   **Artigu 7.º**  **Servisu espesializadu ba tradusaun jurídika**   1. Tuir ninia kompeténsia rasik, Departamentu Tradusaun hosi Diresaun Nasionál Asesoria Jurídika no Lejizlasaun Ministériu Justisa nian nu’udar servisu espesializadu iha Administrasaun Públika responsavel hodi halo kordenasaun, planeamentu no ezekuta servisu tradusaun jurídika iha área Direitu no Justisa, hodi fó ba nia kbiit atu promove hala’ok uza lian ofisiál iha prosesu lejizlativu no iha sistema judisiáriu no dezenvolve vokabuláriu jurídiku iha Lian Tetun. 2. Bainhira hala’o sira-nia knaar, servisu espesializadu ba tradusaun jurídika ne’ebé temi iha númeru 1 tenke organiza-an ho oin ida ne’ebé: 3. Garante rigór tékniku-jurídiku no halo uniformizasaun ba terminolojia be uza iha lian tetun, ho rohan permiti atu haluan tan hala’ok uza lian tetun iha prosesu lejizlativu no iha tribunál; 4. Asegura kualidade tékniku-jurídiku hosi versaun Tetun ofisiál ba diploma legál sira; 5. Estabelese metodolojia tradusaun jurídika ida adekuadu ho situsaun timor nian ne’ebé fó konsisténsia téknika no jurídika ba versaun iha lian tetun ba aktu normativu ne’ebé prodús; 6. Dezenvolve linguajen jurídika própria no espesífika iha lian tetun, nu’udar baze importante ba tradusaun lejizlasaun no redasaun iha lian tetun kona-ba projetu lejizlativu, tuir kontestu sistema jurídika nian be kmanek hela; 7. Adopta instrumentu jurídiku ne’ebé permiti estabelese kritériu atu rezolve interpretasaun la hanesan, be hamosu tan iha versaun auténtiku rua hosi aktu normativu ida de’it; 8. Asegura tradusaun ba lejizlasaun be kmanek hela iha lian tetun no halo revizaun ba tradusaun hirak ne’ebé uluk ba publika ona.   **KAPÍTULU II**  **Direitu, devér no norma étika no profisionál**  **Artigu 8.º**  **Hala’ok ezerse atividade**   1. Tradutór-intérprete jurídiku tenke ezerse ninia knaar ho autonomia téknika, dedikasaun no kbiit-badaen, tuir ninia formasaun no kualifikasaun, hodi hala’o nia knaar profisionál tuir regra étika no profisionál be hatuur ona nune’e, tenke haktuir direitu no devér ne’ebé hakerek ona iha lei ida-ne’e no lei seluk tan be hatuur ona ba funsionáriu públiku sira. 2. Tradutor-intérprete jurídiku ezerse mesak de’it ninia knaar. 3. Lahó sakar saida maka hatuur ona iha númeru liubá, tradutór-intérprete jurídiku bele ezerse knaar, selu ka lae, nu’udar dosente ka fó formasaun iha área importante ba tradusaun no interpretasaun jurídika.   **Artigu 9.º**  **Tradutór-intérprete jurídiku nia direitu**  Tradutór-intérprete jurídiku iha direitu:   1. Atu dezenvolve karreira no hetan remunerasaun ne’ebé hatuur ona iha lei; 2. Ba direitu hodi halo formasaun no dezenvolvimentu profisionál no akadémiku; 3. Atualiza nafatin sira-nia matenek linguístiku no jurídiku; 4. Hetan benefísiu hosi kondisaun téknika servisu ne’ebé permiti atu hala’o nafatin ninia knaar no kompeténsia, hanesan hetan asesu ba materiál estudu, peskiza, análize no prosesa informasaun no testu.   **Artigu 10.º**  **Tradutór-intérprete jurídiku nia devér**  Devér espesiál tradutór-intérprete jurídiku sira-nian maka:   1. Halo tradusaun-interpretasaun ida ho rigór no tuir duni konteúdu orijinál, hodi mantein iha situasaun hotuhotu ninia izensaun no neutralidade; 2. Uza matenek linguístiku, tékniku sientífiku hotu ka matenek seluk ne’ebé nia iha hodi hala’o didi’ak ninia knaar; 3. Respeita testu ka materiál seluktan ne’ebé fó fiar ba nia atu tradús, hodi la uza ninia matenek atu sobu ka altera testu ka materiál hirak ne’ebá; 4. Kumpri loloos prazu tradusaun ne’ebé konkorda ona; 5. Asina servisu no ejizi atu hakerek ninia naran iha testu finál; 6. Mantein hahalok imparsiál durante hala’o interpretasaun, hodi evita interferénsia no opiniaun rasik, exetu bainhira husu atu halo ida-ne’e. 7. Fó-sai interpretasaun ida adekuadu, hodi garante katak públiku-alvu komprende; 8. Mantein didi’ak no loloos sijilu profisionál kona-ba faktu ruma ka faktu hotu ne’ebé nia hatene hela bainhira ezerse nia knaar profisionál; 9. Ezerse ninia knaar ho konsiénsia no dignidade, ho oin ida ne’ebé foti-sa’e konseitu hosi ninia kategoria profisionál; 10. La simu nu’udar remunerasaun hosi servisu ne’ebé hala’o tiha ba benefísiu pesoál aleinde remunerasaun rasik; 11. Buka atu mantein dignidade, respeitu no ko’alia-moos lian be nia haknaar ba.   **Artigu 11.º**  **Remunerasaun**   1. Tradutór-intérprete jurídiku sira iha direitu ba remunerasaun ne’ebé hatuur ona iha tabela iha Aneksu II diploma ida-ne’e nian, be sai parte integrante. 2. Diploma Ministeriál hamutuk hosi Ministériu Justisa no Finansa maka altera tabela remuneratóriu ba tradutór-intérpreter jurídiku sira-nian.   **Artigu 12.º**  **Remunerasaun asesóriu tan dezempeña funsaun espesiál ho kompleksidade téknika**   1. Liuhosi proposta dirijente másimu servisu nian no liuhosi autorizasaun superiór ierárkiku nian, bele mós fó remunerasaun asesória fulan hodi dezempeña funsaun espesiál ho kompleksidade téknika, kona-ba elaborasaun diploma ka tradusaun jurídika hakerek, ba tradutór jurídiku sira ne’ebé ezerse funsaun hirak-ne’e, exetu ba pesoál diresaun no xefia. 2. Proposta atu fó remunerasaun tenke fundamenta, hodi hanoin ba kompleksidade servisu no importánsia sá hosi lisuk servisu-na’in nian. 3. Hetan remunerasaun asesória mensál depende ba ezerse tomak knaar funsaun, no bele hapara iha tempu ne’ebé de’it. 4. Montante ba remunerasaun asesória mensál bele varia entre 150% to’o 200% hosi índise 100 tabela indisiáriu nian, ho hanoin ba kompleksidade knaar ne’ebé dezempeña no importánsia sá kontribuisaun servisu-na’in nian.   **KAPÍTULU III**  **Karreira espesiál ba tradutór-intérprete jurídiku**  **Seksaun I**  **Tama iha karreira tradutór-intérprete jurídiku**  **Artigu 13.º**  **Tama iha karreira**   1. Atu tama iha karreira tradutór-intérprete jurídiku sei hala’o liuhosi admisaun iha konkursu públiku ho hatudu prova no ho aproveita tomak kursu formasaun espesífika. 2. Kandidatu ne’ebé ramata ho aproveita didi’ak kursu formasaun atu tama iha karreira, sei hatuur iha kategoria tradutór-intérprete jurídiku klase 3 hosi karreira espesiál tradutór no intérprete jurídiku, tuir klasifikasaun ne’ebé hetan no vaga ne’ebé iha.   **Artigu 14.º**  **Rekizitu atu tama iha karreira**  Rekizitu atu tama iha karreira espesiál tradutór-intérprete jurídiku maka:   1. Nu’udar timoroan; 2. Uza didi’ak ninia direitu sivil no polítiku; 3. Mestradu, lisensiatura ka baxarelatu iha Lian Portugés, Lian Tetun ka Lian seluk tan, iha Tradusaun ka Interpretasaun, iha Direitu ka área relevante seluk; 4. Iha koñesimentu klean, hakerek no koa’lia, lian ofisiál ida hosi lian ofisiál rua no koñese di’akliu ida; 5. Ramata ho aproveita didi’ak kursu formasaun espesífika atu tama iha karreira tradutór-intérprete jurídiku; 6. Hatada rekizitu legál seluktan ne’ebé presiza hodi hetan asesu ba funsaun públika.   **Artigu 15.º**  **Konkursu públiku no asesu ba kursu formasaun ingresu**   1. Asesu ba kursu formasaun espesífiku atu tama iha karreira tradutor-intérprete jurídiku sei hala’o liuhosi konkursu públiku, loke ba ema ne’ebé hatada rekizitu hotu ne’ebé hatuur ona iha artigu kotuk ba. 2. Konkursu públiku sei halo prova eskrita kona-ba koñesimentu no entrevista, rua-rua ne’e ho karater eliminatóriu, tuir termu ne’ebé sei espesífika iha despaxu be autoriza hodi loke konkursu. 3. Konkursu públiku sei loke liuhosi despaxu Ministru Justisa nian. 4. Avizu hodi loke konkursu tenke espesifika: 5. Númeru ba fatin ne’ebé atu prenxe; 6. Prazu atu hatada kandidatura; 7. Dokumentu hirak be atu aprezenta; 8. Rekizitu atu tama iha karreira tradutór-intérprete jurídiku; 9. Prova ne’ebé atu realiza, matéria be atu estuda no data no fatin ne’ebé atu realiza; 10. Juri konkursu na’in hira; 11. Oinsá halo publikasaun ba lista klasifikasaun finál kandidatu sira-nian. 12. Prova eskrita ba koñesimentu klasifika tuir eskala valór 0 to’o 20, no sei admiti ba entrevista kandidatu sira ne’ebé hetan klasifikasaun mínima valór 10. 13. Klasifikasaun finál mai hosi média ne’ebé sura hosi prova eskrita no entrevista.   **Artigu 16.º**  **Kursu formasaun atu tama iha karreira**   1. Kandidatu sira ne’ebé aprovadu ona iha konkursu públiku sei bolu atu tuir kursu formasaun hodi tama iha karreira espesiál tradutór-intérprete jurídiku nian, tuir vaga ne’ebé iha no klasifikasaun ne’ebé hetan. 2. Kursu formasaun atu tama iha karreira espesiál tradutór-intérprete jurídiku nian iha faze teórika no faze estájiu, ida-idak ho durasaun tinan 1. 3. Faze formasaun rua ne’ebá iha natureza probatóriu no hala’o liuhosi orientasaun responsavel estájiu nian, ne’ebé Ministru Justisa maka hatudu, hosi tradutór no intérprete jurídiku sira ne’ebé iha ona karreira.   **Artigu 17.º**  **Tradutór-intérprete jurídiku estajiáriu**   1. Kandidatu ne’ebé admitidu ona ba kursu formasaun hodi tama iha karreira tradutór-intérprete jurídiku sei bolu ho naran tradutór-intérprete jurídiku estajiáriu. 2. Tradutór-intérprete jurídiku estajiáriu iha direitu simu bolsa formasaun ho valór ne’ebé sei hatuur liuhosi despaxu Ministru Justisa nian. 3. Tradutór-intérprete jurídiku estajiáriu tenke deklara katak sei hela kleur iha karreira espesiál tradutór-intérprete jurídiki no ezerse ninia funsaun durante tinan 5, sura hosi loron ne’ebé nia ramata estájiu. 4. Sei hasai hosi kursu formasaun tradutór-intérprete jurídiku estajiáriu ne’ebé falta liu hosi 10% hosi durasaun faze ne’ebé de’it kursu formasaun espesífiku atu tama iha kareira. 5. Responsavel estájiu bele hatada ezkluzaun, iha faze ne’ebé de’it formasaun nian, tradutór-intérprete jurídiku estajiáriu ne’ebé hatebes katak la iha duni kondisaun atu ezerse funsaun nu’udar tradutór-intérprete jurídiku. 6. Tradutór-intérprete jurídiku estajiáriu ne’ebé, lahó justifikasaun, la aproveita didi’ak, hasai tiha, deziste hosi kursu ka lakohi atu ezerse funsaun tuir termu ne’ebé hatuur ona iha númeru liubá, tenke fó-fila ba Estadu valór bolsa formasaun ne’ebé nia simu tiha.   **Artigu 18.º**  **Faze teórika-prátika**  Formasaun teórika-prátika hala’o iha Sentru Formasaun Jurídika, ho durasaun tinan 1 no ho objetivu tada ba tradutór-intérprete jurídiku estajiáriu sira atu dezenvolve sira-nia kualidade no kompeténsia hodi ezerse funsaun nu’udar tradutór no intérprete jurídiku, nomós koñesimentu kona-ba:   1. Direitu, terminolojia jurídika no regra lejíztika; 2. Prosesu penál no direitu arguidu nian; 3. Téknika tradusaun hakerek no ko’alia; 4. Metodolojia no téknika investigasaun; 5. Deontolojia profisionál; 6. Portugés no tetun.   **Artigu 19.º**  **Faze estájiu**   1. Estájiu ingresu iha durasaun tinan 1 no hala’o liuhosi orientasaun Departamentu Tradusaun hosi Diresaun Nasionál Asesoria Jurídika no Lejizlasaun Ministériu Justisa nian. 2. Durante tempu estájiu, tradutór no intérprete estajiáriu sira sei fahe, ho forma rotativu, ba servisu tradusaun iha tribunál sira, Ministériu Públiku no Ministériu Justisa no organizmu relevante seluktan. 3. To’o loron ne’ebé atu ramata faze estájiu, tradutór-intérprete estajiáriu tenke aprezenta traballu finál ida kona-ba tema ida ne’ebé nia rasik hili no nu’udar importante ba área tradusaun no interpretasaun jurídika. 4. Traballu finál sei sura mós ba avaliasaun finál tradutór-intérprete jurídiku estajiáriu nian. 5. Tradutór-intérprete jurídiku estajiáriu la integra iha karreira tradutór-intérprete jurídiku maibé, goza nia direitu no haktuir mós ba devér hirak ne’ebé iha relasaun ho hala’ok ezerse funsaun.   **Seksaun II**  **Estrutura no dezenvolvimentu karreira**  **Artigu 20.º**  **Kategoria**  Karreira tradutór-intérprete jurídiku iha kategoria hirak tuirmai:   1. Tradutór-intérprete jurídiku kordenadór; 2. Tradutór-intérprete jurídiku prinsipál; 3. Tradutór-intérprete jurídiku Klase 1; 4. Tradutór-intérprete jurídiku Klase 2; 5. Tradutór-intérprete jurídiku Klase 3.   **Artigu 21.º**  **Xefi tradutór-intérprete jurídiku sira-nian**   1. Tradutór-intérprete jurídiku kordenadór maka nu’udar xefe ba tradutór-intérprete jurídiku sira. 2. Nomeasaun ba kargu tradutór-intérprete jurídiku kordenadór sei hala’o hosi superiór ierárkiku másimu hosi servisu ne’ebé nia haknaar ba, tuir rejime komisaun servisu nian, ba períudu tinan 2, no bele renova. 3. Tradutór-intérprete jurídiku sei nomeia entre: 4. Ema ne’ebé nu’udar ona tradutór-intérprete jurídiku prinsipál ho períudu mínimu tinan 3; ka 5. Tradutór-intérprete jurídiku Klase 1 ne’ebé, pelumenuz, servisu tinan 3 nia laran ona no nia klasifikasaun la kiik liu *Muito Bom*.   **Artigu 22.º**  **Dezenvolvimentu karreira**  Karreira ba tradutór-intérprete jurídiku nian sei dezenvolve liuhosi halo promosaun no progresaun tuir índise ne’ebé hatuur ona iha mapa aneksu II, be sai parte integrante ho lei ida-ne’e.  **Artigu 23.º**  **Promosaun iha karreira**   1. Tradutór-intérprete jurídiku estajiáriu ne’ebé ramata ho aproveita didi’ak kursu formasaun atu tama iha karreira espesiál tradutór-intérprete jurídiku nian sei nomeia ba kategoria tradutór-intérprete jurídiku Klase 3. 2. Sei promove ba tradutór-intérprete jurídiku Klase 2 ema ne’ebé, pelumenuz, servisu tinan 4 nia laran ona no lahó interupsaun ruma iha kategoria uluk ba no nia klasifikasaun la kiikliu *‘’Bom’’* ka, servisu tinan 3 nia laran ona no lahó interupsaun ruma iha kategoria uluk ba no nia klasifikasaun *‘’Muito Bom’’*. 3. Sei promove ba tradutór-intérprete jurídiku Klase 1 ema ne’ebé, pelumenuz, servisu tinan 5 nia laran ona no lahó interupsaun ruma iha kategoria uluk ba no nia klasifikasaun la kiikliu *‘’Bom’’* ka, servisu tinan 4 nia laran ona no lahó interupsaun ruma iha kategoria uluk ba no nia klasifikasaun *‘’Muito Bom’’*. 4. Sei promove ba tradutór-intérprete jurídiku prinsipál ema ne’ebé, pelumenuz, servisu tinan 5 nia laran ona no lahó interupsaun ruma iha kategoria uluk ba no nia klasifikasaun la kiikliu *‘’Bom’’* ka servisu tinan 4 nia laran ona no lahó interupsaun ruma iha kategoria uluk ba no nia klasifikasaun *‘’Muito Bom’’*. 5. Promosaun depende ba vaga ne’ebé iha no sei hala’o liuhosi konkursu no loke liuhosi despaxu Ministru Justisa nian.   **Artigu 24.º**  **Progresaun iha karreira**  Kategoria tradutór-intérprete jurídiku, sei hetan asesu ba eskalaun superiór hafoin hela kleur ona iha períudu tinan 3 iha eskalaun ne’ebé kiikliu, ho avaliasaun la kiikliu ‘’Bom’’ iha avaliasaun dezempeñu, ka tinan 2 ho avaliasaun ‘’Muito Bom’’.  **Seksaun III**  **Avaliasaun dezempeñu**  **Artigu 25.º**  **Avaliasaun dezempeñu**  Avaliasaun dezempeñu ba tradutór-intérprete jurídiku sira sei hatada tuir avaliasaun kualitativa ‘’Muito Bom’’, ‘’Bom’’, ‘’Sufisiente’’ no ‘’Insufisiente’’ ne’ebé hetan liuhosi sistema avaliasaun ida be bazeia ba apresiasaun kuantitativa no kualitativa hosi servisu ne’ebé hala’o tiha kona-ba fatór hosi avaliasaun ne’ebé hatuur uluk ona.  **Artigu 26.º**  **Fatór avaliasaun**   1. Iha avaliasaun dezempeñu, tradutór-intérprete jurídiku sira tenke hanoin mós fatór komun ba sira hotu, tuirmai: 2. *“Sentidu responsabilidade no jestaun rekursu’’*- avalia dezempeñu no efikásia bainhira tradutór-intérprete jurídiku ezekuta objetivu hirak ne’ebé hatuur ona, jere rekursu ne’ebé eziste no kuidadu patrimóniu Estadu ne’ebé haleu nia ka be nu’udar nia responsabilidade direta ka indireta; 3. *“Relasaun no komunikasaun iha servisu-fatin no ho interlokutór sira hosi liur’’*- avalia relasaun no grau komunikasaun tradutór-intérprete jurídiku nian ho ema ne’ebé nia servisu ba no ho interlokutór sira hosi liur, nomós kontribui ka lae atubele iha ambiente ida di’ak iha servisu-fatin; 4. *“Zelu, sijilu no izensaun’’*- avalia kbiit tradutór-intérprete jurídiku nian bainhira ezerse funsaun ho efisiénsia no koresaun, lahó hateten sai faktu ka dokumentu servisu nian ne’ebé nia tenke rai didi’ak nu’udar sijilu ka favorese interese pesoál hodi sakar fali interese Administrasaun Públika nian; 5. *“Lealdade no obediénsia’’*- avalia bainhira tradutór-intérprete jurídiku hala’o knaar haktuir objetivu instituisaun ne’ebé servisu ba no interese públiku no haktuir orden lejítimu ne’ebé superiór ierárkiku fó kona-ba servisu nian. 6. *“Integridade’’*- avalia bainhira tradutór-intérprete jurídiku ezerse ninia knaar hakruuk ba valór imparsialidade, objetividade no onestidade nian no tahan-an bainhira mosu situasaun konflitu interese; 7. *“Kompromisu ho servisu’’*- avalia bainhira tradutór-intérprete jurídiku koñese, komprende no aktua tuir misaun no objetivu instituisaun nian, enkuadra di’ak duni ka lae iha servisu no unidade orgánika ne’ebé nia pertense ba, adapta nia atividade ho nesesidade sira servisu nian ka lae, kumpri regra kona-ba funsionamentu servisu no asume konsekuénsia hosi ninia aktu no desizaun, fó-lisuk hodi hadi’ak imajen instituisaun nian, transmite kompeténsia, kualidade no integridade no respeita interlokutór sira hosi liur no limiti hosi ninia funsaun. 8. Avaliasaun dezempeñu ba tradutór-intérprete jurídiku ne’ebé la kaer kargu xefia tenke hanoin mós ba fatór hirak tuirmai: 9. *“Inisiativa, kriatividade no produtividade’’*- avalia oinsa tradutór-intérprete jurídiku, mesak de’it, buka solusaun no hatada sujestaun hodi hadi’ak nafatin servisu; 10. *“Servisu iha ekipa’’*- avalia partisipasaun no koperasaun tradutór-intérprete jurídiku nian iha servisu grupu, nomós ninia kontribuisaun hodi hetan rezultadu ba ekipa; 11. *“Pontualidade no asiduidade iha servisu-fatin’’*- avalia tempu ne’ebé nia to’o mai no tempu hela kleur iha servisu-fatin, nomós tempu kumpri oras servisu nian ne’ebé hatuur ona; 12. *“Kontribuisaun sá ba objetivu servisu nian ne’ebé estabelese ona’’*- avalia oinsá no liuhosi dalan sá tradutór-intérprete kontribui hodi bele to’o ba objetivu sira ne’ebé dirijente estabelese ona. 13. Avaliasaun dezempeñu ba tradutór-intérprete jurídiku kordenadór, ne’ebé kaer kargu xefia, tenke hanoin mós ba fatór hirak tuirmai: 14. *“Lideránsa’’*- avalia bainhira dirijente estabele no implementa estratéjia ne’ebé presiza hodi bele to’o ba objetivu unidade nian ne’ebé nia lidera, nomós oinsá orienta no dudu nia membru sira no introduz métodu, téknika no prosedimentu efikás hodi rezolve problema no hadi’ak servisu; 15. *“Supervizaun no dezenvolvimentu pesoál’’*- avalia abilidade atu fó responsabilidade no fahe servisu ba nia subordinadu sira, akompaña nia kapasidade atu hatán loloos ba nesesidade sira servisu nian, hodi akonsella no motiva sira hodi servisu; 16. *“Prestasaun servisu efisiente no efikás’’*- avalia kapasidade hosi unidade ne’ebé avaliadu kordena ka xefia identifika no hatán ka lae ba nesesidade sira servisu nian, buka hodi to’o ba objetivu sira no monitoriza ka lae saida maka hadi’ak ona iha prosedimentu no sistema; 17. *“Planeamentu no jestaun’’*- avalia abilidade hosi hanoin krítiku hodi dezenvolve iha tempu oin mai banati ne’ebé tenke haktuir, hodi hanoin ba objetivu sira organizasaun nian.   **Artigu 27.º**  **Efeitu hosi avaliasaun ‘’Insufisiente’’**  Atribui avaliasaun ‘’Insufisiente’’ implika suspensaun ba funsaun no halo instaurasaun inkéritu dixiplinár tan la ezerse ho kbiit tomak.  **Artigu 28.º**  **Apuramentu avaliasaun**   1. Avaliasaun dezempeñu sei hetan liuhosi sura hamutuk hotu fatór sira avaliasaun nian ne’ebé hatada iha avaliasaun kualitativa hirak tuirmai: 2. “Muito Bom’’ – pontu 33 ka liután; 3. “Bom’’- hosi pontu 24 to’o 32; 4. “Sufisiente’’- hosi pontu 15 to’o 23; 5. “Insufisiente’’- to’o pontu 14. 6. Rezultadu hamutuk hotu mai hosi avaliasaun dezempeñu tradutór-intérprete jurídiku nian hosi fatór ida-idak ne’ebé hatada iha avaliasaun kualitativa hanesan: 7. “Muito Bom’’- pontu 4; 8. “Bom’’- pontu 3; 9. “Sufisiente’’- pontu 2, no 10. “Insufisiente’’- pontu 1. 11. Ministru Justisa aprova fixa avaliasaun dezempeñu tuir kritériu hirak ne’ebé hatuur ona iha diploma ida-ne’e no kritériu jerál ne’ebé aplika iha avaliasaun dezempeñu iha funsaun públika.   **Seksaun IV**  **Rejime dixiplinár**  **Artigu 29.º**  **Rejime dixiplinár**  Tradutór-intérprete jurídiku sira sei haktuir rejime dixiplinár ne’ebé aplika ba funsionáriu públiku sira.  **KAPÍTULU IV**  **Dispozisaun tranzitóriu no finál**  **Artigu 30.º**  **Rejime tranzisaun**   1. Funsionáriu sira ne’ebé daudauk ne’e ezerse funsaun tradusaun no interpretasaun jurídika iha ámbitu prosesu lejizlativu no iha ámbitu fó-apoiu ba sistema judisiáriu, sei tama ba karreira espesiál ba tradutór no intérprete jurídiku sira-nian no, bele integra iha kategoria tradutór-intérprete jurídiku klase 1, klase 2 no klase 3. 2. Sei integra iha kategoria tradutór-intérprete jurídiku klase 1, ema ne’ebé: 3. Nu’udar lisensiadu; 4. Ramata ho aproveita didi’ak kursu formasaun tradutór nian iha Sentru Formasaun Jurídika; 5. Iha esperiénsia relevante iha tradusaun hakerek ba aktu normativu no dokumentu jurídiku seluktan hosi Lian Portugés ba Lian Tetun ka iha tradusaun ko’alia iha ámbitu prosesu penál; no 6. Dezempeña funsaun nu’udar tradutór-intérprete jurídiku tinan 5 resin ona. 7. Sei integra iha kategoria tradutór-intérprete jurídiku Klase 2, ema ne’ebé: 8. Nu’udar lisensiadu; 9. Ramata ho aproveita didi’ak kursu formasaun tradutór nian iha Sentru Formasaun Jurídika; 10. Iha esperiénsia relevante iha tradusaun hakerek ba aktu normativu no dokumentu jurídiku seluktan hosi Lian Portugés ba Lian Tetun ka iha tradusaun ko’alia iha ámbitu prosesu penál; no 11. Dezempeña knaar nu’udar tradutór-intérprete jurídiku tinan 3 resin ona. 12. Sei integra iha kategoria tradutór-intérprete jurídiku Klase 2, ema ne’ebé: 13. Ramata ona ensinu sekundáriu; 14. Iha formasaun espesífika iha lian no tradusaun; 15. Iha esperiénsia relevante iha tradusaun hakerek ba aktu normativu no dokumentu jurídiku seluktan hosi Lian Portugés ba Lian Tetun ka iha tradusaun ko’alia iha ámbitu prosesu penál; no 16. Dezempeña knaar nu’udar tradutór-intérprete jurídiku tinan 3 resin ona.   **Artigu 31.º**  **Hatuur filafali iha pozisaun remuneratóriu**  Tradutór-intérprete jurídiku sira ne’ebé integra iha karreira espesiál tradutór-intérprete jurídiku, tuir termu ne’ebé hatuur iha númeru kotuk ba, sei hatuur filafali iha pozisaun remuneratóriu koresponde ba eskalaun 1 tuir ninia kategoria rasik.  **Artigu 32.º**  **Salvaguarda direitu uluk nian**  Ho aplikasaun rejime tranzisaun ne’ebé hatuur ona iha artigu 30.º iha diploma ida-ne’e la bele mosu hodi hatun fali vensimentu ne’ebé funsionáriu hetan ona.  **Artigu 33.º**  **Formalidade no efeitu tranzisaun nian**   1. Tranzisaun ne’ebé temi iha artigu 30.º sei halo liuhosi lista nominativa ne’ebé aprovadu iha prazu loron-60 sura hosi loron ne’ebé diploma ida-ne’e hahaú hala’o nia knaar ho kbiit legál, liuhosi despaxu Prezidente Komisaun Públika nian. 2. Tradutór no intérprete jurídiku sira sei integra iha kuadru pesoál servisu orijen ne’ebé nia pertense ba ida ne’ebé nia hala’o knaar ba. 3. Servisu ne’ebé nia funsionáriu sira tama mós iha rejime tranzisaun be hakerek iha diploma ida-ne’e no dezempeña hela funsaun, tenke adopta medida nesesáriu hodi promove sira-nia tranzisaun ba rejime karreira espesiál ba tradutór-intérprete jurídiku no, tan ne’e, tenke asegura aprovasaun ba kuadru pesoál rasik iha prazu loron-60 sura hosi loron ne’ebé diploma ida-ne’e hahú hala’o nia knaar ho kbiit legál.   **Artigu 34.º**  **Hahú hala’o knaar ho kbiit legál**   1. Diploma ida-ne’e hahú hala’o knar ho kbiit legál iha loron tatuir hafoin ninia publikasaun, ho exesaun ne’ebé hatuur ona iha númeru tuirmai. 2. Norma kona-ba remunerasaun ba tradutór-intérprete jurídiku sira no ninia tabela remuneratóriu ne’ebé hatuur iha aneksu II iha diploma ida-ne’e, hala’o knaar ho kbiit legál hahú iha loron-1 janeiru 2016.   Aprova tiha iha Konsellu Ministru iha ...  Primeiru Ministru  Rui Maria Araújo  Ministru Justisa,  Ivo Valente |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO I**  **( a que se refere o artigo 4.º)**  **Conteúdo funcional dos tradutores-intérpretes jurídicos**   |  |  |  | | --- | --- | --- | | **Grupo** | **Categoria** | **Conteúdo funcional** | | **Dirigentes** | **Tradutor-intérprete coordenador** | 1. Dirigir o serviço de tradução e exercer funções de chefia das equipas de tradutores-intérpretes sob a sua responsabilidade, garantindo a coordenação, o planeamento e a execução dos trabalhos de tradução jurídica; 2. Coordenar estudos e apresentar estratégias, programas e medidas de desenvolvimento do tétum jurídico; 3. Apresentar medidas e instrumentos de generalização, normalização e regulamentação na aplicação das línguas oficiais na área da justiça; 4. Garantir o rigor técnico-jurídico e a uniformização da terminologia nas versões tétum dos documentos traduzidos; 5. Propor a definição de políticas e programas de formação para o pessoal de tradução sob a sua supervisão; 6. Estabelecer e implementar as estratégias necessárias para atingir os objectivos da unidade que lidera, bem como para orientar e motivar os respectivos membros e introduzir métodos, técnicas e procedimentos eficazes para a solução de problemas e optimização do trabalho; 7. Atribuir responsabilidades e distribuir trabalho pelos subordinados, acompanhar a sua capacidade para adequadamente responder às necessidades do trabalho, aconselhando-os e motivando-os ao trabalho. | | **Tradutores e intérpretes jurídicos** | **Tradutores-intérpretes jurídicos principais, de 1ª, de 2ª e de 3ª Classe** | 1. Exercer funções de natureza executiva de aplicação técnica com base nos conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através da habilitação académica e ou formação profissional com uma metodologia especializada na área da tradução, oral e escrita, e revisão de conteúdos de carácter jurídico, nas línguas Portuguesa e Tétum; 2. Assegurar a tradução escrita de actos normativos e outros documentos jurídicos da Língua Portuguesa para a Língua Tétum; 3. Efectuar a interpretação consecutiva ou simultânea da expressão oral nas línguas Portuguesa e Tétum; 4. Prestar o apoio necessário aos serviços das instituições do sector da justiça em matéria de tradução, oral e escrita; 5. Assegurar os serviços de tradução-interpretação durante a tramitação penal perante as autoridades de investigação e as autoridades judiciais, inclusive durante os interrogatórios policiais, as audiências no tribunal e as audiências intercalares que se revelarem necessárias. | | **ANEKSU I**  **( ne’ebé temi iha artigu 4.º )**  **Konteúdu funsionál tradutór-intérprete jurídiku sira-nian**   |  |  |  | | --- | --- | --- | | **Grupu** | **Kategoria** | **Konteúdu funsionál** | | **Dirijente** | **Tradutór-intérprete kordenadór** | 1. Diriji servisu tradusaun no ezerse knaar xefia ba ekipa tradutór-intérprete sira ne’ebé kona ninia responsabilidade, hodi garante kordenasaun, planeamentu no ezekusaun servisu tradusaun jurídika; 2. Kordena estudu no aprezenta estratéjia, programa no medida hodi dezenvolve tetun jurídiku; 3. Aprezenta medida no instrumentu ne’ebé jeneraliza, normaliza no regula bainhira aplika lian ofisiál sira iha área justisa; 4. Garante rigór tékniku-jurídiku no uniformiza terminolojia iha versaun tetun ba dokumentu sira ne’ebé traduza ona; 5. Hatada definisaun polítika no programa formasaun ba pesoál tradutór ne’ebé nia orienta; 6. Estabelese no implementa estratéjia importante hodi to’o ba objetivu sira unidade nian ne’ebé nia lidera, nomós hodi orienta no motiva ninia membru sira no introdús métodu, téknika no prosedimentu efikás atu rezolve problema no hadi’ak liután servisu; 7. Fó responsabilidade no fahe servisu ba ninia subordinadu sira, akompaña nia kapasidade hodi bele hatán loloos ba nesesidade sira servisu nian, liuhosi fó konsellu no motiva sira ba servisu. | | **Tradutór no intérprete jurídiku sira** | **Tradutór-intérprete jurídiku prinsipál sira, hosi Klase 1, 2 no 3** | 1. Ezerse funsaun ho natureza ezekutiva ho aplikasaun téknika tuir koñesimentu tékniku, teóriku no prátiku ne’ebé simu liuhosi abilitasaun akadémiku no formasaun profisionál ne’ebé ho metodolojia espesializada iha área tradusaun, ko’alia ka hakerek, no revizaun ba konteúdu ho karatér jurídiku, iha lian Portugés no Tetun; 2. Asegura tradusaun hakerek ba aktu normativu no dokumentu jurídiku seluktan hosi Lian Portugés ba Lian Tetun; 3. Halo interpretasaun konsekutiva ka simultáneu ba espresaun orál iha lian Portugés no Tetun; 4. Fó apoiu ne’ebé presiza ba servisu hosi instituisaun sira iha setór justisa nian kona-ba tradusaun, ko’alia ka hakerek; 5. Asegura servisu tradusaun-interpretasaun durante tramitasaun penál iha autoridade investigasaun no autoridade judisiál sira-nia oin, inklui durante interrogatóriu polísia nian, audiénsia iha tribunál no audiénsia interkalár ne’ebé hatebes katak presiza duni. | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO II**  **( a que se refere o n.º 1 do artigo 11.º)**  **Tabela salarial dos tradutores-intérpretes jurídicos**   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | |  | **Categoria** | **Índice Remuneratório** | | | | | | | | | | | |  |  | **1º Escalão** | | **2º Escalão** | | **3º Escalão** | | **4º Escalão** | | **5º Escalão** | **6º Escalão** | **7º Escalão** | | **1** | **Tradutor-intérprete jurídico coordenador** | 1600 | | | | | | | | | | | | **2** | **Tradutor-intérprete jurídico principal** | 1300 | 1350 | | 1400 | | 1450 | | 1500 | | 1550 | 1600 | | **3** | **Tradutor-intérprete jurídico de 1ª classe** | 1100 | 1150 | | 1200 | | 1250 | | 1300 | | 1350 | 1400 | | **4** | **Tradutor-intérprete jurídico de 2ª classe** | 900 | 950 | | 1000 | | 1050 | | 1100 | | 1150 | 1200 | | **5** | **Tradutor-intérprete jurídico de 3ª classe** | 700 | 750 | | 800 | | 850 | | 900 | | 950 | 1000 | | **O índice 100 equivale a US$100.00** | | | | | | | | | | | | | | **ANEKSU II**  **( ne’ebé temi iha númeru 1 artigu 11.º nian)**  **Tabela salariál tradutór-intérprete jurídiku sira-nian**   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | |  | **Kategoria** | **Índise Remuneratóriu** | | | | | | | | | | | |  |  | **Eskalaun 1** | | **Eskalaun 2** | | **Eskalaun 3** | | **Eskalaun 4** | | **Eskalaun 5** | **Eskalaun 6** | **Eskalaun 7** | | **1** | **Tradutór-intérprete jurídiku kordenadór** | 1600 | | | | | | | | | | | | **2** | **Tradutór-intérprete jurídiku prinsipál** | 1300 | 1350 | | 1400 | | 1450 | | 1500 | | 1550 | 1600 | | **3** | **Tradutór-intérprete jurídiku Klase 1** | 1100 | 1150 | | 1200 | | 1250 | | 1300 | | 1350 | 1400 | | **4** | **Tradutór-intérprete jurídiku Klase 2** | 900 | 950 | | 1000 | | 1050 | | 1100 | | 1150 | 1200 | | **5** | **Tradutór-intérprete jurídiku Klase 3** | 700 | 750 | | 800 | | 850 | | 900 | | 950 | 1000 | | **Índise 100 ekivale ba US$100.00** | | | | | | | | | | | | | |